**Instrumento Particular de Escritura da 1ª (PRIMEIRA) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, em ATÉ 02 (DUAS) SÉRIES, PARA Distribuição Pública com Esforços Restritos de DISTRIBUIÇÃO, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, da B.A. – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A.**

**entre**

**B.A. – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A.**

*na qualidade de Emissora*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

*na qualidade de Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas*

Datada de 13 de setembro de 2022

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ 02 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO,** **sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, da B.A. – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A.**

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

**B.A. – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A.**, sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Elvira Ferraz, n.º 250 – Conjunto 1116, Vila Olímpia, CEP 04552-040, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o n° 10.468.152/0001-77 e na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o Número de Identificação do Registro de Empresas – NIRE 35.300.600.193, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Emissora” ou “B.A.”);

e, como agente fiduciário, representando os titulares das debêntures da primeira emissão de debêntures da Emissora (“Debenturistas”),

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira, com filial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 36.113.876/0004-34, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Agente Fiduciário”).

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como “Partes” e, individualmente, como “Parte”, vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até 02 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação da B.A. – Empreendimentos e Participações S/A.” (“Escritura de Emissão”), nos termos e condições abaixo.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

## AUTORIZAÇÃO

* 1. A presente Escritura de Emissão é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora, realizada em 12 de setembro de 2022 (“AGE”), na qual foram deliberadas e aprovadas (i) as condições da Emissão (conforme abaixo definida), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) a realização da oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição das Debêntures (conforme definido abaixo), nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários e da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) e demais leis e regulamentações aplicáveis; e (iii) a autorização aos diretores da Emissora para adotarem todas e quaisquer medidas relacionadas à efetivação das deliberações da AGE e celebrar todos os documentos necessários à Emissão e à Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando a, esta Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido) e eventuais aditamentos a estes documentos e demais documentos da Emissão, bem como contratar todos os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

## REQUISITOS

* 1. A presente primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, da Emissora (“Emissão”), será objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”), e será realizada com observância dos seguintes requisitos:
     1. **Arquivamento e Publicação dos Atos Societários** 
        1. Os Atos Societários deverão, em até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo ato e até a primeira Data de Integralização, ser registrados na JUCESP e publicados no jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo (“Jornal da Emissora”), nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora se compromete a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) cópia simples dos Atos Societários, devidamente registrados na JUCESP e publicados no Jornal da Emissora, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de obtenção do referido registro e publicação, respectivamente, assim como seguirão este procedimento eventuais atos societários da Emissora posteriores, que sejam realizados em razão da Emissão.
        2. Caso a Emissora não realize os registros e publicações previstos acima, o Agente Fiduciário poderá promover os registros e publicações em questão, devendo a Emissora arcar com todos os custos e despesas de tal registro e/ou publicação, mediante o envio de comunicação nesse sentido.
     2. **Arquivamento e Registro da Escritura de Emissão**
        1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser protocolados para registro na JUCESP em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data de suas respectivas assinaturas, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. O protocolo para registro dessa Escritura de Emissão na JUCESP deverá ser realizado até a primeira Data de Integralização e o registro na JUCESP de qualquer aditamento à esta Escritura deverá ser realizado em até 20 (vinte) dias contados da data de sua assinatura. A Emissora se compromete a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCESP, em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data de obtenção dos referidos registros.
        2. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão protocolados para registro em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua respectiva assinatura, no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, estado de São Paulo (“Cartório”). O registro de qualquer aditamento à esta Escritura deverá ser realizado no Cartório em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua assinatura. A Emissora se compromete a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, devidamente registrados no Cartório, em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data de obtenção dos referidos registros.
        3. Caso a Emissora não providencie os protocolos nos prazos previstos nesta Cláusula 2.1.2, o Agente Fiduciário poderá, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, promover os registros acima previstos, devendo a Emissora arcar com todos os respectivos custos e despesas de tais registros, mediante o envio de comunicação pelo Agente Fiduciário nesse sentido.
     3. **Dispensa Automática de Registro na CVM**
        1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, de que trata o artigo 19 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários e nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição, sendo obrigatório, não obstante, o envio da comunicação de início da Oferta Restrita à CVM, nos termos do artigo 7º-A da Instrução CVM 476, e da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM, nos termos do artigo 8º da Instrução CVM 476 (“Comunicação de Encerramento”).
     4. **Registro na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**
        1. A Oferta Restrita será objeto de registro perante a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), nos termos do inciso I do artigo 16 e do inciso V do artigo 18 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários”, em vigor desde 06 de maio de 2021 (“Código ANBIMA”), mediante envio da documentação descrita no artigo 18, inciso V, do Código ANBIMA, no prazo de até 15 (quinze) dias contados do envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM.
     5. **Depósito, Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**
        1. As Debêntures (conforme abaixo definidas) serão depositadas para (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; (b) observado o disposto na Cláusula 2.1.5.2 abaixo, negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, também administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações e os eventos de pagamento liquidados financeiramente por meio da B3; e (c) custódia eletrônica na B3.
        2. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários (i) entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definido); e (ii) depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado ainda ao cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
        3. Para fins desta Escritura de Emissão consideram-se (i) “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 12 da Resolução CVM nº 30; e (ii) “Investidores Profissionais” aqueles investidores referidos no artigo 11 da Resolução CVM nº 30, sendo certo que, nos termos do artigo 12 da Resolução CVM nº 30, os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios são considerados Investidores Profissionais ou Investidores Qualificados apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

## CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

* 1. **Objeto Social da Emissora**
     1. De acordo com o Estatuto Social da Emissora, seu objeto social consiste em: (i) a participação societária, como quotista ou acionista, em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (ii) a participação em empreendimentos comerciais; (iii) a intermediação e realização de negócios comerciais, tais como compra e venda de ações ou quotas; e (iv) a participação em outras sociedades em geral como quotista ou acionista, bem como em prestadoras de serviços de correspondente bancário, no sentido de prospectar e encaminhar financiamentos.
  2. **Número da Emissão**
     1. Esta é a primeira emissão de Debêntures da Emissora.
  3. **Valor Total da Emissão**
     1. O valor total da emissão será de até R$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida).
  4. **Número de Séries**
     1. A Emissão será realizada em até 02 (duas) séries (sendo as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira série doravante denominadas “Debêntures da Primeira Série” e as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda série doravante denominadas “Debêntures da Segunda Série”, e em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, “Debêntures”), sendo emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) Debentures da Primeira de Série e até 150.000 (cento e cinquenta mil) Debentures da Segunda Série.
     2. As Debêntures poderão ser totalmente emitidas, parcialmente emitidas ou não ser emitidas.
  5. **Colocação, Plano de Distribuição e Público-Alvo.**
     1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de melhores esforços de colocação, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários brasileiro (“Coordenadores”, sendo a instituição intermediária líder, o “Coordenador Líder”), nos termos do “*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos,* *sob o Regime de Melhores Esforços* *de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até 02 (Duas) Séries, da B.A. – Empreendimentos e Participações S/A.”* a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").
     2. O Coordenador Líder organizará a distribuição e colocação das Debêntures, observado o disposto na Instrução CVM 476, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos Investidores Profissionais, seja justo e equitativo; e (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos clientes do Coordenador Líder. O plano de distribuição será fixado pelo Coordenador Líder, em conjunto com a Emissora, levando em consideração suas relações com investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder e da Emissora (“Plano de Distribuição”). O Plano de Distribuição será estabelecido mediante os seguintes termos:

será permitida a procura de, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Instrução CVM 476;

os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos no item (i) acima, conforme disposto no artigo 3º, parágrafo 1º, da Instrução CVM 476;

não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a subscrição das Debêntures;

não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures;

o prazo de colocação e distribuição pública das Debêntures seguirá as regras definidas na Instrução CVM 476;

não será permitida a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476;

não haverá preferência para subscrição das Debêntures pela atual Acionista da Emissora;

será admitida a distribuição parcial das Debêntures, não havendo montante mínimo a ser observado; e

no ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Profissionais deverão assinar “Declaração de Investidor Profissional” atestando, dentre outros, estarem cientes de que: (a) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (b) a Oferta Restrita não será objeto de análise prévia pela ANBIMA, sendo registrada perante a ANBIMA somente após o envio de seu comunicado de encerramento à CVM, nos termos do inciso I do artigo 16 e do inciso V do artigo 18 do Código ANBIMA; (c) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura de Emissão; e (d) efetuou sua própria análise com relação à qualidade e riscos das Debêntures e da Emissora.

* + 1. O volume da Emissão não poderá ser aumentado em nenhuma hipótese.
  1. **Agente de Liquidação e Escriturador** 
     1. A OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 3434, bloco 7, sala 201, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 36.113.876/0001‑91, atuará como banco liquidante e como escriturador das Debêntures (“Agente de Liquidação” ou “Escriturador”).

## DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

* 1. **Destinação dos Recursos**
     1. Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão serão utilizados para aportes sucessivos de capital social e, consequentemente, aumentos sucessivos da participação societária da Emissora nas sociedades por ela direta e indiretamente controladas. Em particular, estes recursos serão destinados para o aumento do capital social do Banco Digimais S.A., de conformidade com a regulamentação aplicável.
     2. Para o cumprimento, pelo Agente Fiduciário, do disposto na Resolução CVM 17, de 9 de fevereiro de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 17”), a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário, anualmente, no prazo de até 90 (noventa) dias contado do término de cada exercício social, ou no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da solicitação pelo Agente Fiduciário (i) declaração, assinada por representante legal com poderes para tanto nos termos do seu estatuto social, atestando que os recursos oriundos da Emissão foram aplicados na forma prevista nesta Cláusula; e (ii) os documentos comprobatórios da utilização dos recursos oriundos da Emissão na forma prevista nesta Escritura de Emissão. Tal obrigação será necessária até que a Emissora comprove a totalidade da referida destinação.

## CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

* 1. **Data de Emissão**
     1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures da Primeira Série e a data de emissão das Debêntures da Segunda Série será 15 de setembro de 2022 (“Data de Emissão das Debêntures da Primeira Série”, “Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série” e, conjuntamente, a “Data de Emissão”).
  2. **Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade**
     1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, e, para todos os fins de direito, a titularidade delas será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures.
  3. **Conversibilidade**
     1. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações da Emissora.
  4. **Espécie**
     1. A Debêntures serão da espécie quirografária.
  5. **Garantias**
     1. Não serão constituídas garantias específicas, reais ou pessoais, sobre as Debêntures, sendo que os Titulares das Debêntures não obterão qualquer privilégio, bem como não será segregado nenhum ativo em particular em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações decorrentes das Debêntures.
  6. **Data de Início da Rentabilidade**
     1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade das Debêntures da Primeira Série e a data de início da rentabilidade das Debêntures da Segunda Série serão, respectivamente, o que ocorrer por último entre a Data de Emissão das Debêntures da Primeira Série ou a primeira Data de Integralização das Debêntures da Primeira Série (“Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série”) e a Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série ou a primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série (“Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série” e, em conjunto com a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série, quando aplicável, a “Data de Início da Rentabilidade”).
  7. **Prazo e Data de Vencimento**
     1. A Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série será 15 de setembro de 2027 (“Data de Vencimento das Debêntures de Primeira Série”).
     2. As Debêntures da Segunda Série terão sua Data de Vencimento em 15 de fevereiro de 2028 (“Data de Vencimento das Debentures de Segunda Série” e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debentures da Primeira Série, a “Data de Vencimento”).
  8. **Valor Nominal Unitário**
     1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (um mil reais), na respectiva Data de Emissão (conforme abaixo definida) (“Valor Nominal Unitário”). Não haverá qualquer incidência de correção monetária ou juros sobre o Valor Nominal Unitário entre a presente data e a efetiva Data de Emissão das Debêntures.
  9. **Quantidade de Debêntures**
     1. Serão emitidas até 300.000 (trezentas mil) Debêntures, em até 02 (duas) séries, sendo 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures da Primeira Série e até 150.000 (cento e cinquenta mil) Debêntures da Segunda Série.
  10. **Preço de Subscrição e Forma de Integralização**
      1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3, por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais (cada uma, uma “Data de Integralização”). As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário na respectiva Data de Início da Rentabilidade, ou pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a respectiva Data de Início da Rentabilidade ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) da respectiva série, o que ocorrer por último, até a respectiva Data de Integralização, no caso das integralizações que ocorram após a respectiva Data de Início da Rentabilidade (“Preço de Subscrição”).
  11. **Atualização Monetária das Debêntures**
      1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso.
  12. **Remuneração**
      1. As Debêntures da Primeira Série farão jus a juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros de 1 (um) dia, *over* *extra-grupo*, denominadas “Taxa DI”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.b3.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de sobretaxa de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao ano entre a primeira Data de Integralização (inclusive) e a Data de Vencimento, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Sobretaxa” e, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração das Debêntures da Primeira Série”), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série, ou última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definida), o que ocorrer por último, até a data do efetivo pagamento, e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série ou na data do efetivo pagamento das Debêntures da Primeira Série, conforme aplicável, ou na data de eventual declaração de Vencimento Antecipado, de eventual Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou Resgate Antecipado Total Obrigatório.
      2. Entre a presente data e a efetiva Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série, não haverá qualquer atualização ou qualquer incidência de juros sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, que permanecerá de R$ 1.000,00 (um mil reais). Após a efetiva Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série, sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida, exponencialmente, de sobretaxa a ser definida em processo oportuno, previamente a primeira Data de Integralização, que integrará o presente instrumento na forma de aditamento (“Remuneração das Debêntures da Segunda Série” e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, a “Remuneração das Debêntures”).
      3. Exceto quanto à sobretaxa a ser acrescida à Taxa DI, que poderá variar da primeira para a segunda série, a Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

**J = VNe x (FatorJuros– 1)**

onde:

J valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

**

FatorDI produtório das Taxas DI, com uso de percentual aplicado a partir da data de início de cada Período de Capitalização (inclusive), até o final de cada Período de Capitalização das Debêntures (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

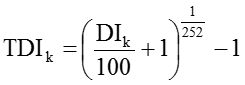


onde:

nDI número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

TDIk Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:



onde:

DIk A Taxa DI divulgada pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Fator de juros devido à sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:



onde:

*spread* 0,5000 ao ano entre a primeira Data de Integralização (inclusive) das Debêntures da Primeira Série e a Data de Pagamento das Debêntures da Primeira Série; Para as Debêntures da Segunda Série, spread a ser definida em processo de *bookbuilding e mediante formalização de aditamento a presente Escritura de Emissão*;

DP número de dias úteis entre Data de Início da Rentabilidade das Debêntures ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro.

Observações:

(i) O fator resultante da expressão (1 + TDIk) é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(ii) Efetua-se o produtório dos fatores (1 + TDIk) sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(iii) Para efeito de cálculo de DIk será sempre considerada a Taxa DI divulgada com um Dia Útil de defasagem em relação à data de cálculo;

(iv) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

* + 1. Define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na primeira Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização (inclusive), e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a respectiva Data de Vencimento, Vencimento Antecipado, de eventual Resgate Antecipado Facultativo Total e/ou Resgate Antecipado Total Obrigatório.
    2. Se na Data de Vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão não houver divulgação da Taxa DI pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, a Taxa DI deverá ser substituída pela taxa média ponderada de remuneração dos títulos públicos federais brasileiros de curto prazo, à época de tal verificação, que tiverem sido negociados nos últimos 30 (trinta) dias, com prazo de vencimento de até 120 (cento e vinte) dias, conforme apurada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC., no caso da impossibilidade dessas, será aplicada na apuração de TDIk a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) Dias Úteis, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 5.12.5 abaixo.
    3. No caso de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de extinção ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial (“Evento de Ausência da Taxa DI”), o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados do Evento de Ausência da Taxa DI, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão), para que os Debenturistas deliberem, de comum acordo com a Emissora e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, o qual deverá refletir os parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Até a deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a última Taxa DI divulgada até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida), não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.
    4. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) mais 1 (uma) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas) ou caso não haja quórum de instalação e/ou deliberação em segunda convocação da referida Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada nos termos desta Cláusula 5.12, sem acréscimo de qualquer prêmio, sendo que para cálculo da Remuneração com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração de TDIk o valor da última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.
    5. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida), a referida Assembleia Geral não será mais realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, sendo utilizada a última Taxa DI divulgada até a data da divulgação, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.
  1. **Pagamento da Remuneração e Amortização do Valor Nominal Unitário**
     1. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga, anualmente, em parcelas consecutivas, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devido em 15 de setembro de 2023, e o último pagamento devido na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série (cada uma, uma “Data de Pagamento da Remuneração”), exceto nas hipóteses de declaração de Vencimento Antecipado, de Resgate Antecipado Facultativo Total, Resgate Antecipado Total Obrigatório e de Amortização Extraordinária Obrigatória e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga, anualmente, em parcelas consecutivas, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devido em 15 de fevereiro de 2024, e o último pagamento devido na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda, exceto nas hipóteses de declaração de Vencimento Antecipado, de Resgate Antecipado Facultativo Total, Resgate Antecipado Total Obrigatório e de Amortização Extraordinária Obrigatória.
     2. Farão jus ao pagamento da Remuneração das Debêntures aqueles que sejam Debenturistas ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração de sua respectiva série.
     3. O pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração relativa ao último período anual, será realizado em uma única data, na Data de Vencimento da respectiva série, conforme exposto no cronograma de pagamentos disposto na Cláusula 5.13.4 a seguir, ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado constantes da presente Escritura, que não sejam tempestivamente sanadas pela Emissora e/ou renunciadas pelos debenturistas.
     4. O cronograma de pagamentos de juros e amortizações da Primeira Série e da Segunda Série obedecerá o o disposto nas tabelas a seguir:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **1ª Série** | | | |  |  |
|  |  |
| **n** | **Data** | **Tai** | **Pagamento de Juros** |  |  |
| 1 | 15/09/2023 | 0,0000% | SIM |  |  |
| 2 | 16/09/2024 | 0,0000% | SIM |  |  |
| 3 | 15/09/2025 | 0,0000% | SIM |  |  |
| 4 | 15/09/2026 | 0,0000% | SIM |  |  |
| 5 | Data de Vencimento | 100,0000% | SIM |  |  |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **2ª Série** | | | |  |  |
|  |  |
| **n** | **Data** | **Tai** | **Pagamento de Juros** |  |  |
| 1 | 15/02/2024 | 0,0000% | SIM |  |  |
| 2 | 17/02/2025 | 0,0000% | SIM |  |  |
| 3 | 18/02/2026 | 0,0000% | SIM |  |  |
| 4 | 15/02/2027 | 0,0000% | SIM |  |  |
| 5 | Data de Vencimento | 100,0000% | SIM |  |  |

* 1. **Local de Pagamento**
     1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.
  2. **Prorrogação dos Prazos**
     1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos e as datas de pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente desta Escritura de Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação não for Dia Útil, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou qualquer dia que não houver expediente na B3.
  3. **Encargos Moratórios**
     1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão sujeitos a (independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial): (a) juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e (b) multa não compensatória de 2,00% (dois por cento); ambos calculados sobre o montante devido e não pago (em conjunto, “Encargos Moratórios”).
  4. **Decadência dos Direitos aos Acréscimos**
     1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.16 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora no termos da Cláusula 5.19 abaixo, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
  5. **Repactuação Programada**
     1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.
  6. **Publicidade** 
     1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no Jornal da Emissora (“Aviso aos Debenturistas”), bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores ([https://www.](https://www.bancodigimais.com.br/fale-conosco)baparticipacoes.com.br ) (“Portal da Emissora”), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário e a B3 a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere o Jornal da Emissora após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo para divulgação de suas informações. Qualquer publicação ou comunicação realizada pela Emissora nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas pelo Agente Fiduciário à ANBIMA em até 3 (três) Dias Úteis contados da comunicação da Emissora ao Agente Fiduciário ou ao público em geral.
  7. **Imunidade de Debenturistas**
     1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Agente de Liquidação e ao Escriturador, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie a referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.
     2. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 5.20.1 acima, e que: (i) tenha essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa; (ii) deixe de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável; (iii) tenha essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente; ou (iv) tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas nesta Cláusula, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Agente de Liquidação e ao Escriturador, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Agente de Liquidação, pelo Escriturador e/ou pela Emissora.
     3. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 5.20.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida.
  8. **Classificação de Risco**
     1. Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta Restrita para atribuir rating às Debêntures.

## RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA OBRIGATÓRIA, RESGATE ANTECIPADO TOTAL OBRIGATÓRIO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

* 1. **Resgate Antecipado Facultativo Total** 
     1. A Emissora poderá, ao seu exclusivo critério e independentemente da anuência dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, mediante o envio de Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo) (“Resgate Antecipado Facultativo Total”).
        1. Em razão do Resgate Antecipado Facultativo Total, com o consequente cancelamento das Debêntures, os Debenturistas farão jus ao pagamento (i) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (ii) da Remuneração, calculada nos termos da Cláusula 5.12 acima, e (iii) de eventuais Encargos Moratórios (se houver) (“Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total”).
        2. Observado o disposto nas cláusulas 6.1.1 e 6.1.1.1 acima, o Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação individual a todos os Debenturistas do Resgate Antecipado Facultativo Total, com cópia para o Agente Fiduciário, ou publicação pela Emissora de anúncio no Jornal da Emissora dirigido a todos os Debenturistas, nos termos da Cláusula 5.20 acima (“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total”), com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total (“Data do Resgate Antecipado Facultativo Total”), que deverá, necessariamente, ser um Dia Útil. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverão constar (i) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (ii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.
        3. O Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ser comunicado à B3, ao Agente de Liquidação e ao Escriturador com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da Data do Resgate Antecipado Facultativo Total.
        4. O pagamento das Debêntures objeto de Resgate Antecipado Facultativo Total será realizado (i) por meio dos procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Agente Liquidação e/ou pelo Escriturador, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.
        5. Não será permitido o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total deverão ser obrigatoriamente canceladas.
  2. **Amortização Extraordinária Facultativa**
     1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures, mediante o envio de Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definido abaixo) (“Amortização Extraordinária Facultativa”).
     2. A Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures deverá ser limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures e somente poderá ocorrer mediante comunicação dirigida diretamente aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário ou, ainda, por meio de publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 5.20, acima, desta Escritura de Emissão (“Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa”), com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data prevista para realização da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, e será realizado de acordo com os procedimentos da B3 caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na B3, conforme previsto na Cláusula 5.19 acima, ou de acordo com os procedimentos do Escriturador caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na B3. Adicionalmente, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário e à B3, cópia do referido comunicado na mesma data de sua realização.
     3. Na Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa deverá constar: (a) a data, que deverá ser um Dia Útil, e o procedimento da Amortização Extraordinária Facultativa, observada a legislação pertinente, bem como os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão; (b) menção à parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures que será amortizado nos termos desta Cláusula; (c) o valor da Amortização Extraordinária Facultativa; e (d) as demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas.
     4. O valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito da Amortização Extraordinária Facultativa será equivalente à parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a serem amortizadas, observado o disposto na Cláusula 6.2.2. acima, acrescido da Remuneração à época em vigor, calculada *pro rata temporis*, a partir da primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior da respectiva série, conforme o caso, Encargos Moratórios e demais encargos eventualmente devidos e não pagos, até a data da Amortização Extraordinária Facultativa.
        1. A Amortização Extraordinária Facultativa deverá ser comunicada à B3, ao Agente de Liquidação e ao Escriturador com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da Data da Amortização Extraordinária Facultativa.
  3. **Amortização Extraordinária Obrigatória ou Resgate Antecipado Total Obrigatório**
     1. Na ocorrência de Vencimento Antecipado, nos termos previstos na Cláusula 7.1. abaixo, a Emissora deverá, independentemente da anuência dos Debenturistas, (i) realizar a amortização extraordinária das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (“Amortização Extraordinária Obrigatória”); ou (ii) realizar o resgate antecipado total das Debêntures (“Resgate Antecipado Total Obrigatório”).
     2. Em razão da Amortização Extraordinária Obrigatória e do Resgate Antecipado Total Obrigatório, os Debenturistas farão jus ao pagamento (i) de parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (ii) da Remuneração total devida na Data da Amortização Extraordinária Obrigatória ou na Data de Resgate Antecipado Total Obrigatório, conforme o caso, e (iii) de eventuais Encargos Moratórios (se houver) (“Valor de Amortização Extraordinária Obrigatória” e “Valor de Resgate Antecipado Total Obrigatório”).
        1. A Emissora deverá enviar comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou realizar publicação de anúncio no Jornal da Emissora dirigido a todos os Debenturistas, informando sobre a realização da Amortização Extraordinária Obrigatória e/ou do Resgate Antecipado Total Obrigatório (“Comunicação de Amortização Extraordinária Obrigatória” e “Comunicação de Resgate Antecipado Total Obrigatório”), com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis contados da data prevista para realização da efetiva Amortização Extraordinária Obrigatória (“Data da Amortização Extraordinária Obrigatória”) ou do efetivo Resgate Antecipado Total Obrigatório (“Data do Resgate Antecipado Total Obrigatório ”), que deverá, necessariamente, ser em um Dia Útil. Na Comunicação da Amortização Extraordinária Obrigatória e na Comunicação de Resgate Antecipado Total Obrigatório deverão constar (i) a Data da Amortização Extraordinária Obrigatória e a Data do Resgate Antecipado Total Obrigatório, conforme o caso; (ii) o Valor de Amortização Extraordinária Obrigatória e o Valor de Resgate Antecipado Total Obrigatório, conforme o caso, e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Obrigatória e do Resgate Antecipado Total Obrigatório.
        2. A Amortização Extraordinária Obrigatória e o Resgate Antecipado Total Obrigatório deverão ser comunicados à B3, ao Agente de Liquidação e ao Escriturador com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da Data da Amortização Extraordinária Obrigatória e da Data do Resgate Antecipado Total Obrigatório, conforme o caso.
        3. O pagamento das Debêntures objeto de Amortização Extraordinária Obrigatória e do Resgate Antecipado Total Obrigatório, conforme o caso, será realizado (i) por meio dos procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Agente de Liquidação e/ou pelo Escriturador, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.
  4. **Aquisição Facultativa**
     1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3°, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, na Instrução da CVM n° 620, de 17 de março de 2020 (“Instrução CVM 620”) e demais regras expedidas pela CVM, e ainda, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista vendedor, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476 e pela Instrução CVM 620. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à Remuneração aplicável às demais Debêntures.

## VENCIMENTO ANTECIPADO

* 1. Observado o disposto nas Cláusulas 7.1.1, os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, terão o direito de declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração da respectiva série (conforme o caso) até a data do efetivo pagamento, e dos Encargos Moratórios, se houver (“Vencimento Antecipado”), na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos na Cláusula 7.1.1 abaixo (“Eventos de Inadimplemento”):
     1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados abaixo, e que não sejam sanados no prazo de cura de 05 (cinco) Dias Úteis acarretará o Vencimento Antecipado automático das Debêntures. Nesta hipótese, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ou qualquer consulta aos Debenturistas, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido:

inadimplemento de obrigação pecuniária relativa às Debêntures;

vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Emissora;

pedido/decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou eventos análogos envolvendo a Emissora;

pedido de liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;

transformação do tipo societário da Emissora;

alteração do objeto social da Emissora;

inadimplemento de obrigação não pecuniária relativa às Debêntures;

alteração do atual controle acionário da Emissora;

inadimplemento de outras dívidas da Emissora;

reorganização societária que possa comprometer o cumprimento das obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura;

cessão das obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura a terceiros;

alienação ou oneração de ativos da Emissora (conforme o caso);

redução de capital da Emissora, observado a Lei das Sociedades por Ações;

protesto de títulos contra a Emissora (conforme o caso);

descumprimento de decisão ou sentença judicial, administrativa e/ou arbitral pela Emissora;

não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e/ou licenças necessárias para a atividade da Emissora (conforme o caso);

caso a Emissora esteja inadimplente em relação a qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, e efetue pagamento de dividendos ou distribuição de juros sobre capital próprio acima do dividendo mínimo obrigatório (conforme o caso);

falsidade ou incorreção das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nos documentos da Oferta (conforme o caso);

destinação dos recursos da Emissão de forma diversa à prevista na Escritura de Emissão; e

atuação em desconformidade com as disposições da Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013 ou qualquer outra legislação que seja aplicável.

* + 1. Na ocorrência dos eventos listados na Cláusula 7.1.1, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 1 (um) Dia Útil contado da data em que tomar conhecimento do referido evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre a não declaração de Vencimento Antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.
    2. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 7.1.1 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos previstos nesta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Titulares que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) mais 1 (uma) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.
       1. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 7.1.2 acima por falta de quórum em segunda convocação; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade de não declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures, prevista acima, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.
       2. Em caso do vencimento antecipado, declarado pelo Agente Fiduciário, das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora, obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração da respectiva série, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 05 (cinco) Dias Úteis contados da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.
    3. Em caso de declaração do Vencimento Antecipado automático ou não automático das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar em até 1 (um) Dia Útil, carta protocolada à Emissora, com cópia à B3, informando tal evento, e a Emissora deverá, em até 3 (três) Dias Úteis a contar do envio da notificação enviada pelo Agente Fiduciário sobre a ocorrência do Vencimento Antecipado, efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, acrescido da respectiva Remuneração devida e não paga, calculada nos termos da Cláusula 5.12 acima, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão incluindo, mas não se limitando, aos Encargos Moratórios, se aplicáveis.
    4. A B3 e o Agente de Liquidação e Escriturador deverão ser imediatamente comunicados, por meio de correspondência encaminhada pelo Agente Fiduciário, da declaração do Vencimento Antecipado e realização do pagamento das Debêntures.

## DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

* 1. A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, adicionalmente obriga-se a:

enviar o seu organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Resolução CVM Nº 17, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo para disponibilização na rede mundial de computadores do Agente Fiduciário.

atender integralmente as obrigações previstas na Instrução CVM 476, incluindo, mas não se limitando, as obrigações previstas no artigo 17, conforme abaixo transcritas:

preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;

submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;

divulgar, junto à B3 e no Portal da Emissora, até o dia anterior ao início das negociações, as demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais anuais encerrados;

divulgar anualmente, junto à B3 e no Portal da Emissora, as demonstrações financeiras subsequentes, acompanhadas de notas explicativas e relatório dos auditores independentes, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

por um prazo de 3 (três) anos contados da respectiva data de divulgação, manter os documentos mencionados na alínea (iii), (iv) e (vii) desta cláusula (b) em sua página na rede mundial de computadores, mantendo-as disponíveis pelo período de 3 (três) anos, e (b) em sistema disponibilizado pela B3;

observar as disposições da Resolução CVM Nº 44, no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;

divulgar no Portal da Emissora a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Resolução CVM Nº 44, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e o Agente Fiduciário;

fornecer as informações solicitadas pela CVM, pela B3 e/ou pela ANBIMA, conforme aplicável; e

divulgar no Portal da Emissora o relatório anual elaborado pelo Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 9.3 abaixo e demais comunicações enviadas pelo Agente Fiduciário na mesma data do seu recebimento, observado ainda o disposto no item (v) acima.

enviar à B3 os documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo solicitado; assim como atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado B3 nº 028/09, de 02 de abril de 2009;

convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura de Emissão, mas não o faça;

informar por escrito ao Agente Fiduciário, na mesma data de sua ocorrência, a convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas convocada pela Emissora;

comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitada e convocada nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;

cumprir plenamente com as disposições do artigo 48 (com exceção do inciso III) da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.

manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;

notificar em até 3 (três) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar de forma o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações principais e acessórias decorrentes desta Escritura de Emissão;

não realizar operações fora do seu objeto social ou praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social, com esta Escritura;

cumprir todas as Leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, salvo aquelas Leis, regras, regulamentos e/ou ordens cuja aplicação esteja sendo contestada de boa-fé em juízo ou administrativamente, conforme o caso, pela Emissora e que se tenha obtido medida judicial com efeito suspensivo, ou medida administrativa com efeito similar;

efetuar o pagamento de todas as despesas despendidas pelo Agente Fiduciário que venham a ser comprovadamente necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;

abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento da Oferta Restrita, de (a) divulgar ao público informações referentes à Emissão e/ou à Oferta Restrita, exceto em relação às informações divulgadas no mercado no curso normal das atividades da Emissora, advertindo os destinatários sobe o caráter reservado da informação transmitida; (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão; e (c) negociar valores mobiliários de sua emissão, salvo nas hipóteses previstas no artigo 48 da Instrução CVM 400;

arcar com todos os custos decorrentes: (i) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na B3 e na ANBIMA; (ii) de registro e de publicação das aprovações e dos atos societários necessários à realização da Emissão e da Oferta Restrita; (iii) de registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, nos termos desta Escritura de Emissão; (iv) das despesas com a contratação do Agente Fiduciário, do Agente de Liquidação, do Escriturador, do banco depositário e das demais partes envolvidas na realização da Emissão e da Oferta Restrita; e (v) da taxa de fiscalização da CVM, nos termos do artigo 4º, inciso II, da Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, conforme alterada, regulada pela Resolução CVM nº 61, de 27 de dezembro de 2021, e pelo Ofício-Circular nº 1/2022-CVM/SER;

não realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;

manter em vigor todos os contratos necessários para a viabilidade da condução de seus negócios;

manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro

fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos da data de encerramento de cada exercício social: (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, conforme aplicável, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria dos auditores independentes; (b) descrição sumarizada do uso de recursos da Emissão ao longo do exercício fiscal anterior; e (c) declaração assinada por representantes legais da Emissora sendo um deles o diretor financeiro, atestando que: (1) permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (2) não ocorreu ou está ocorrendo qualquer Evento de Inadimplemento, Evento de Vencimento Antecipado ou Mudança Adversa Relevante, ou descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas ou o Agente Fiduciário; (3) não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Emissora; (4) as Obrigações Financeiras foram atendidas; (5) as Demonstrações Financeiras Auditadas referentes ao exercício fiscal anterior estão completas, corretas e representam apropriadamente todos os aspectos relevantes da condição financeira da Emissora em uma base consolidada em tal data; e (6) seus bens foram mantidos devidamente assegurados; e

no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da respectiva solicitação, ou em prazo inferior caso necessário para o atendimento de solicitação por autoridade competente, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; e

cumprir todas as Leis aplicáveis no que tange a Violações OFAC (assim considerada uma Violação OFAC independentemente da parte envolvida em uma Violação OFAC estar localizada na jurisdição dos Estados Unidos da América), incluindo, entre outros, as Leis Anticorrupção e as Leis Antiterrorismo e de Sanções Comerciais e Econômicas, assim consideradas aquelas as Leis relacionadas a sanções econômicas ou comerciais, terrorismo ou lavagem de dinheiro, incluindo o Decreto Executivo (Executive Order) nº 13224, o Decreto Patriótico (U.S. Patriot Act), os decretos emitidos pelo Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (Office of Foreign Assets Control – OFAC), a Lei de Comércio com o Inimigo (*Trading with the Enemy Act, 12 U.S.C. § 95*), a Lei de Poderes Econômicos para Emergências Internacionais (*International Emergency Economic Powers Act, 50 U.S.C. § 1701 1707*), a Lei de Controle de Lavagem de Dinheiro de 1986 (*Money Laundering Control Act 1986*), a Lei de Sigilo Bancário de 1970 (*Bank Secrecy Act 1970*) dos Estados Unidos da América, bem como as Leis aplicáveis da União Europeia (incluindo aquelas editadas em relação à política externa e de segurança comum prevista no tratado constitutivo da União Europeia), da Organização das Nações Unidas – ONU (ou qualquer de seus órgãos ou entidades legislativas) e de quaisquer jurisdições em que a Emissora tenha atividades ou de onde os recursos utilizados para pagamento de suas obrigações sob a Escritura de Emissão sejam originados;

pagar e cumprir, quando devidas e pagáveis, todas as suas obrigações e responsabilidades relacionadas aos documentos da Emissão;

permitir que os representantes dos Debenturistas, pratiquem todos e quaisquer atos que estes, a seu exclusivo critério, entenda necessário para o cumprimento de todas as Leis aplicáveis no que tange a uma Violação OFAC, incluindo, entre outros, os requisitos previstos nas Leis Antiterrorismo e de Sanções Comerciais e Econômica (incluindo o congelamento e/ou o bloqueio de ativos);

tomar as medidas necessárias para garantir que as Debêntures tenham a maior prioridade de pagamento permitida sob a Lei aplicável sobre as demais dívidas da Emissora, se houver, existentes ou futuras;

manter os Debenturistas e o Agente Fiduciário indenes de passivos e contingências que, comprovadamente, sejam de responsabilidade da Emissora; e

manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, seus livros contábeis e demais registros em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no Brasil e de maneira que reflitam, fiel e adequadamente, a situação financeira da Emissora e os resultados de suas respectivas operações.

## O AGENTE FIDUCIÁRIO

* 1. A Emissora constitui e nomeia a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.
     1. O Agente Fiduciário declara, nesta data:

1. não ter qualquer impedimento legal, nos termos do artigo 66, parágrafos 1º e 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e do artigo 6º da Resolução CVM Nº 17, para exercer a função que lhe é conferida;
2. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

1. aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão e todas as suas Cláusulas e condições;

1. não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
2. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 6 da Resolução CVM Nº 17;
3. estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
4. ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as Leis brasileiras;
5. estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
6. estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
7. que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
8. que a celebração desta Escritura de Emissão, bem como o cumprimento de suas obrigações previstas em tais instrumentos, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
9. que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
10. as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto; e
11. para fins do disposto na Resolução CVM Nº 17, conforme organograma enviado pela Emissora, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, que exerce a função de agente fiduciário nas seguintes Emissões da Emissora e de suas coligadas:

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: BANCO DIGIMAIS S.A.** | |
| **Ativo: LF** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 2 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 50.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 100 |
| **Data de Vencimento:** 08/07/2029 | |
| **Taxa de Juros: 100% do CDI + 133% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias:** As LFSN serão da espécie quirografária, não contando com garantias de qualquer espécie. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Emissora: BANCO DIGIMAIS S.A.** | |
| **Ativo: LF** | |
| **Série:** 1 | **Emissão:** 1 |
| **Volume na Data de Emissão:** R$ 200.000.000,00 | **Quantidade de ativos:** 200 |
| **Data de Vencimento:** 12/04/2029 | |
| **Taxa de Juros: 100% do CDI + 1,25% a.a. na base 252.** | |
| **Status:** ATIVO | |
| **Inadimplementos no período:** Não ocorreram inadimplementos no período. | |
| **Garantias:** As LFSN não contam com qualquer tipo de garantia. | |

* 1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, este deverá ser substituído dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, mediante deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) que deverá escolher novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.
     1. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 10.2 acima, caberá à Emissora efetuá-la.
     2. Em casos excepcionais, a CVM pode proceder à convocação da assembleia para a escolha de novo agente fiduciário ou nomear substituto provisório.
     3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.
     4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme abaixo definida) especialmente convocada para esse fim, desde que a substituição não resulte em remuneração ao novo agente fiduciário superior a ora avençada. Aplica-se à assembleia referida nesta Cláusula o disposto na Cláusula 10.2 acima.

* + 1. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, observadas as formalidades previstas na presente Escritura.
    2. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data da quitação integral das obrigações da Emissora previstas na presente Escritura de Emissão ou até sua efetiva substituição.
    3. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.
    4. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.
  1. Além de outros previstos em Lei ou em ato normativo da CVM, em especial à Resolução CVM Nº 17, e nesta Escritura de Emissão constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

1. exercer suas atividades com boa fé, transparência e lealdade para com os Debenturistas;
2. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
3. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, na forma do artigo 7º da Resolução CVM Nº 17 para deliberar sobre sua substituição;
4. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

1. conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;

1. verificar no momento de aceitar a função, a veracidade e a consistência das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
2. verificar o atendimento, pela Emissora, de todas as obrigações descritas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável;

1. diligenciar junto à Emissora para que esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, sejam registrados nos órgãos competentes, adotando, no caso de omissão da Emissora, as medidas eventualmente previstas em Lei;

1. acompanhar a prestação das informações periódicas pela Emissora, e alertar os Debenturistas, no relatório anual de que trata o item (xv) desta Cláusula, sobre inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;

1. opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificação das condições das Debêntures;

1. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, da localidade do domicílio ou sede da Emissora;
2. solicitar, quando considerar necessário, auditoria externa da Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;

1. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, na forma do art. 10 da Resolução CVM Nº 17 e da Cláusula 5.19.1 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações;
2. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
3. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 15 da Resolução CVM Nº 17, a fim de descrever os fatos relevantes ocorridos durante o exercício relativos à execução das obrigações assumidas pela Emissora, conforme aplicável, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

1. cumprimento pela Emissora das suas obrigações de prestação de informações periódicas, indicando as inconsistênciasou omissões de que tenha conhecimento;
2. alterações estatutárias ocorridas no exercício social com efeitos relevantes para os Debenturistas;
3. comentários sobre indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora relacionados a cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora;

1. relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração, quando houver;
2. quantidade de Debêntures emitidas, quantidade de Debêntures em Circulação e saldo cancelado no período;
3. destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, conforme informações prestadas pela Emissora;
4. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
5. declaração sobre a não existência de situação de conflito de interesses que impeça o Agente Fiduciário de continuar exercendo a função;
6. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período e
7. existência de outras emissões de valores mobiliários, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado no mesmo exercício como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (a) denominação da companhia ofertante; (b) valor da emissão; (c) quantidade de valores mobiliários emitidos; (d) prazo de vencimento das debêntures e taxa de juros; e (e) inadimplemento no período;
8. divulgar o relatório de que trata o item (xv) desta Cláusula, em sua página na rede mundial de computadores no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, na forma do artigo 15 da Resolução CVM Nº 17, sendo certo que o Agente Fiduciário deverá manter o referido relatório disponível para consulta pública na sua página na rede mundial de computadores pelo prazo de 3 (três) anos;
9. no mesmo prazo de que trata o item acima, enviar à Emissora o relatório anual de que trata o item “(xv)” desta Cláusula, para divulgação na forma prevista na regulamentação específica;
10. manter disponível em sua página na rede mundial de computadores lista atualizada das emissões em que exerce a função de agente fiduciário;

1. manter atualizada a relação dos Debenturistas e de seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Agente de Liquidação, ao Escriturador e à B3, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Agente de Liquidação, o Escriturador e a B3 a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e Debenturistas;

1. fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
2. comunicar aos Debenturistas, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, da ciência pelo Agente Fiduciário qualquer inadimplemento pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas nesta Escritura de Emissão, incluindo as cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, na forma do artigo 16, II da Resolução CVM Nº 17;
3. no caso de inadimplemento de quaisquer condições da emissão, o agente fiduciário deve usar de toda e qualquer medida prevista em Lei, nesta Escritura de Emissão ou nos demais documentos da Emissão para proteger direitos ou defender os interesses dos Debenturistas, na forma do artigo 12 da Resolução CVM Nº 17;
4. prestar contas à Emissora das despesas necessárias à salvaguarda dos direitos e interesses dos Debenturistas descritas na Resolução CVM Nº 17, para o fim de ser ressarcido, na forma do artigo 13 da Resolução Nº 17;
5. manter, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior por determinação expressa da CVM, todos os documentos e informações exigidas nos termos da Resolução CVM Nº 17, em meio físico ou eletrônico, admitindo-se a substituição de documentos pelas respectivas imagens digitalizadas;
6. divulgar em sua página na rede mundial de computadores, as seguintes informações eventuais, na forma do artigo 16 da Resolução CVM Nº 17, sendo certo que o Agente Fiduciário deverá manter tais informações disponíveis para consulta pública na sua página na rede mundial de computadores pelo prazo de 3 (três) anos:
7. comunicação sobre o inadimplemento, pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas na Escritura de Emissão, conforme aplicável e a cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, em até 7 (sete) Dias Úteis contados da ciência pelo Agente Fiduciário do inadimplemento. Esta informação deverá ser enviada também à Emissora para divulgação na forma prevista na regulamentação específica, ao Escriturador e à B3;
8. manifestação sobre proposta de alteração do estatuto da Emissora que objetive mudar o objeto da Emissora, ou criar ações preferenciais ou modificar as vantagens das existentes, na mesma data de seu envio à Emissora para divulgação na forma prevista na regulamentação específica;
9. editais de convocação e informações necessárias para o exercício do direito de voto nas Assembleias Gerais dos Debenturistas por ele convocadas, na mesma data da sua divulgação e envio à Emissora para divulgação na forma prevista na regulamentação específica;
10. comunicações recebidas da Emissora sobre a intenção de aquisição de Debêntures, nos termos da regulamentação específica; e
11. outras informações consideradas relevantes.
12. encaminhar aos Debenturistas sua manifestação sobre a suficiência das informações prestadas em proposta de modificação das condições das Debêntures na mesma data de seu envio à Emissora.
    1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, observados os termos desta Escritura de Emissão.
    2. A título de remuneração pelos serviços prestados de Agente Fiduciário, serão devidas parcelas trimestrais no valor de R$3.250,00 (três mil, duzentos e cinquenta reais),sendo que o primeiro pagamento deverá ser realizado em até 05 (cinco) dias corridos da data de assinatura dos documentos da respectiva Emissão e as demais parcelas serão devidas nas mesmas datas dos trimestres subsequentes. Tais pagamentos serão devidos até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento. Em nenhuma hipótese será cabível pagamento *pro rata* de tais parcelas.
       1. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, serão devidos ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como a (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com investidores; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) dos prazos de pagamento; e (ii) das condições relacionadas ao vencimento antecipado das Debêntures. Os eventos relacionados a amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.
       2. No caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.
    3. Os ressarcimentos a que se referem às Cláusulas 9.5.1 e 9.5.2 acima serão efetuados em até 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.
    4. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes na Escritura de Emissão e nos demais documentos relacionados à Oferta Restrita, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, exceto por aqueles já previstos na Escritura de Emissão. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
    5. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas.
    6. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Resolução CVM Nº 17, conforme alterada e demais normas ou orientações expedidas pela CVM, desta Escritura de Emissão e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou desta Escritura de Emissão.

## DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

* 1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedade por Ações, (“Assembleia Geral de Debenturistas”) a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
  2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura de Emissão, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.
  3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação; ou (iv) pela CVM.
  4. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á em observância ao disposto na Cláusula 5.19 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensadas as formalidades de convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.
  5. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias, contados da primeira publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados da primeira publicação do edital de segunda convocação.
  6. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.
  7. Será facultada a presença dos representantes legais e de assessores da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.
  8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
  9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá à pessoa eleita pelos demais Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.
  10. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.11 abaixo e por cláusulas que possuam quórum específico, quaisquer deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) mais (1) uma das Debêntures em Circulação.
  11. Quaisquer das seguintes matérias dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: alteração da Data de Vencimento, alteração do cronograma de amortização e/ou de pagamento da Remuneração, a alteração da Remuneração, alterações nas condições de Amortização Extraordinária Facultativa, Amortização Extraordinária Obrigatória, Resgate Antecipado Total Obrigatório ou Resgate Antecipado Total, criação de qualquer evento de resgate antecipado (além das condições previstas nesta Escritura de Emissão), alterações nessa Cláusula 10, alterações nas Obrigações Financeiras, alterações dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, a renúncia ou o perdão temporário a um Evento de Inadimplemento, alterações da espécie das Debêntures e criação de evento de repactuação.
  12. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto.
  13. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quórunse termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora, bem como vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.
  14. Para efeitos da presente Emissão, consideram-se “Debêntures em Circulação”, para fins de quórum, todas as Debêntures subscritas, mas não resgatadas, excluídas aquelas Debêntures: (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (ii) de titularidade de: (a) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (b) Controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; (c) administradores, diretores da Emissora, incluindo, seus cônjuges, companheiros ou parentes até o 2º (segundo) grau de quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas, (d) sociedades sob controle comum da Emissora; ou (e) coligadas da Emissora, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.
  15. Fica desde já dispensada a realização de assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre (i) correção de erro grosseiro, de digitação ou aritmético; (ii) alterações a esta Escritura de Emissão já expressamente permitidas nos termos desta Escritura de Emissão; (iii) alterações a esta Escritura de Emissão em decorrência de exigências formuladas pela CVM, pela B3 ou pela ANBIMA; ou (iv) alterações a esta Escritura de Emissão em decorrência da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que as alterações ou correções referidas nos itens (i), (ii), (iii) e (iv) acima não possam acarretar qualquer prejuízo aos Debenturistas e/ou à Emissora ou qualquer alteração no fluxo das Debêntures, e desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.
  16. Será permitida a realização de Assembleia Geral de Debenturistas exclusivamente e/ou parcialmente digitais, devendo ser observado o disposto na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

## DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

* 1. A Emissora declara e garante, nesta data e na Data de Integralização, que:

1. é sociedade anônima devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
2. obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive societárias e regulatórias, para celebrar a Escritura de Emissão;
3. tem plena capacidade para cumprir com todas as suas obrigações previstas na Escritura de Emissão;
4. os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
5. a celebração da Escritura e o cumprimento das obrigações previstas em tal instrumento não infringem o seu estatuto social ou disposição legal, regulamentar, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem resulta (i) em vencimento antecipado, rescisão e/ou inadimplemento de obrigação prevista nesses instrumentos ou (ii) em ônus ou gravame sobre ativos ou bens da Emissora;
6. está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais competentes;
7. as demonstrações financeiras disponibilizadas representam corretamente a sua posição financeira;
8. tem plena ciência e concorda integralmente que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
9. está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes da Escritura e não ocorreu e não está em curso qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
10. não tem conhecimento de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro procedimento de investigação governamental que possa afetar a Emissão ou os negócios da Emissora;
11. não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
12. a Escritura e as obrigações previstas nesse instrumento constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora, exequíveis nos termos da Escritura;
13. as informações prestadas pela Emissora são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes;
14. a Emissora tem todas as autorizações, alvarás e licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades;
    1. A Emissora declara, ainda, (i) não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer plenamente, suas funções conforme descritas nesta Escritura de Emissão e na Resolução CVM Nº 17; (ii) ter ciência de todas as disposições da Resolução CVM Nº 17 a serem cumpridas pelo Agente Fiduciário; (iii) que cumprirá todas as determinações do Agente Fiduciário vinculadas ao cumprimento das disposições previstas naquela Instrução; e (iv) não existir nenhum impedimento legal contratual ou acordo de acionistas que impeça a presente Emissão.
    2. A Emissora obriga-se, de forma solidária, irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão de qualquer ação judicial ou processo administrativo relativo a, ou decorrente da Escritura de Emissão ou do uso dos recursos da Emissão (exceto por fatos resultantes de dolo ou culpa do Agente Fiduciário ou dos Debenturistas) ou da falsidade, inveracidade ou incorreção de quaisquer das declarações prestadas nos termos das Cláusulas 11.1 e 11.2 acima.
    3. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.3 acima, a Emissora obriga-se a notificar o Agente Fiduciário e aos Debenturistas em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de que quaisquer das declarações aqui prestadas pela Emissora mostrem-se falsas, inverídicas ou incorretas.
    4. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente B3 sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por culpa ou dolo do Agente Fiduciário.

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

* 1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

1. Para a Emissora:

**B.A. – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A.**

Endereço: Rua Elvira Ferraz, n.º 250 – Conjunto 1116 – Vila olímpia

São Paulo, SP

CEP: 04552-040

E-mail: [joao\_campos@bancodigimais.com.br](mailto:joao_campos@bancodigimais.com.br) / [matheus\_sperb@bancodigimais.com.br](mailto:matheus_sperb@bancodigimais.com.br)

At.: João Alves de Campos / Matheus Sperb

1. Para o Agente Fiduciário:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Av. das Américas, 3434, bloco 7, 2º andar

Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ CEP: 22640-102

Tel.: (21) 3514-0000

E-mail: [af.controles@oliveiratrust.com.br](mailto:af.controles@oliveiratrust.com.br)

At.: Maria Carolina Abrantes

1. Para o Agente de Liquidação e o Escriturador:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Av. das Américas, 3434, bloco 7, 2º andar

Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ CEP: 22640-102

Tel.: (21) 3514-0000

E-mail: [sqescrituracao@oliveiratrust.com.br](mailto:sqescrituracao@oliveiratrust.com.br)

At.: Raphael Morgado / João Bezerra

1. Para a B3:

**B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão**

**Balcão B3**

Praça Antônio Prado, 48 – 6º andar

At.: Superintendência de Ofertas de Títulos Corporativos e Fundos - SCF

Telefone: 11 2565-5061

E-mail: [valores.mobiliarios@b3.com.br](mailto:valores.mobiliarios@b3.com.br)

* + 1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.
    2. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.
    3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais Partes.
  1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso. Os direitos e medidas estabelecidos na Escritura de Emissão são cumulativos e não prejudicam nenhum outro direito ou medida prevista na Lei. Nenhum aviso ou notificação para a Emissora, em qualquer caso, concederá o direito à Emissora de receber qualquer outro aviso ou notificação em situações ou circunstâncias similares e não deverá ser interpretado como uma renúncia aos direitos dos Debenturistas a qualquer ato subsequente em quaisquer circunstâncias independentemente de qualquer aviso.
  2. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
  3. As Partes concordam que a presente Escritura de Emissão, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, B3 ou ANBIMA; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.
  4. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.
  5. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do inciso I e III do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica e se submetem às disposições do artigo 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.
  6. Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.
  7. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir todas e quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
  8. As Partes concordam que, nos termos da “Declaração de Direitos de Liberdade Econômica”, segundo garantias de livre mercado, conforme previsto na Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, conforme alterada, bem como da Medida Provisória 2.200- 2, de 24 de agosto de 2001, este instrumento poderá ser firmado de maneira digital por todas os seus signatários, devendo, em qualquer hipótese, ser emitido com certificado digital nos padrões ICP-Brasil. Para este fim, serão utilizados serviços disponíveis no mercado e amplamente utilizados que possibilitam a segurança da assinatura digital por meio da sistemas de certificação capazes de validar a autoria de assinatura eletrônica, bem como de traçar a “trilha de auditoria digital” (cadeia de custódia) do documento, a fim de verificar sua integridade. Destarte, a assinatura física de documentos, bem como a existência física (impressa), de tais documentos não serão exigidas para fins de cumprimento de obrigações previstas neste instrumento.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 7 (sete) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 13 de setembro de 2022.

*[Restante da página intencionalmente deixado em branco. Assinaturas seguem nas próximas páginas.]*

**[PÁGINA DE ASSINATURAS 1/4 DO Instrumento Particular de Escritura da PRIMEIRA Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, em ATÉ DUAS SÉRIES, PARA Distribuição Pública com Esforços Restritos de DISTRIBUIÇÃO, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, da B.A. – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A]**

PELA EMISSORA:

**B.A. – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A**

|  |  |
| --- | --- |
| Nome: João Luiz Urbaneja Cargo: Diretor |  |

|  |  |
| --- | --- |
| Nome: Thiago Rodrigues Urbaneja Cargo: Diretor |  |

*[Restante da página intencionalmente deixado em branco]*

**[PÁGINA DE ASSINATURAS 2/4 DO Instrumento Particular de Escritura da PRIMEIRA Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, em ATÉ DUAS SÉRIES, PARA Distribuição Pública com Esforços Restritos de DISTRIBUIÇÃO, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, da B.A. – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A]**

PELO AGENTE FIDUCIÁRIO:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome:  Cargo: Procurador |  | Nome:  Cargo: Procurador |

*[Restante da página intencionalmente deixado em branco]*

**[PÁGINA DE ASSINATURAS 3/4 DO** **Instrumento Particular de Escritura da PRIMEIRA Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, em ATÉ DUAS SÉRIES, PARA Distribuição Pública com Esforços Restritos de DISTRIBUIÇÃO, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, da B.A. – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A]**

**TESTEMUNHAS:**

|  |  |
| --- | --- |
| 1.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | 2.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
|  |  |
|  |  |

**Anexo I**

**Termos Definidos**

“AGE” possui o significado estabelecido na Cláusula 1.1. desta Escritura de Emissão.

“Agente de Liquidação” possui o significado estabelecido na Cláusula 3.6.1. desta Escritura de Emissão.

“Agente Fiduciário” possui o significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura de Emissão.

“Amortização Extraordinária Facultativa” possui o significado estabelecido na Cláusula 6.2.1. desta Escritura de Emissão.

“Amortização Extraordinária Obrigatória” possui o significado estabelecido na Cláusula 6.3.1. desta Escritura de Emissão.

“ANBIMA” significa a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

“Assembleia Geral de Debenturistas” possui o significado estabelecido na Cláusula 10.1. desta Escritura de Emissão.

“Atos Societários” possui o significado estabelecido na Cláusula 2.1.1.1.

“Autoridade Governamental” significa qualquer autoridade governamental brasileira ou estrangeira, reguladora ou administrativa com jurisdição municipal, estadual ou federal, agências ou comissões, ou qualquer outro tribunal, judicial ou arbitral, ou qualquer outra pessoa autorizada a atuar em nome das respectivas entidades.

“Avisos aos Debenturistas” possui o significado estabelecido na Cláusula 5.20.1. desta Escritura de Emissão.

“B.A.” possui o significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura de Emissão.

“B3” significa a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3.

“Cartório” possui o significado estabelecido na Cláusula 2.1.2.2. desta Escritura de Emissão.

“Central de Balanços” significa a Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

“Código ANBIMA” significa o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários de 06 de maio de 2021, conforme alterado.

“Código de Processo Civil” significa a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada.

“Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa” possui o significado estabelecido na Cláusula 6.2.2. desta Escritura de Emissão.

“Comunicação de Amortização Extraordinária Obrigatória” possui o significado estabelecido na Cláusula 6.3.2.1. desta Escritura de Emissão.

“Comunicação de Encerramento” possui o significado estabelecido na Cláusula 2.1.3.1. desta Escritura de Emissão.

“Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total” possui o significado estabelecido na Cláusula 6.1.1.2. desta Escritura de Emissão.

“Comunicação de Resgate Antecipado Total Obrigatório” possui o significado estabelecido na Cláusula 6.3.2.1. desta Escritura de Emissão.

“Contrato de Distribuição” possui o significado estabelecido na Cláusula 3.5.1. desta Escritura de Emissão.

“Controle” significa a posse, direta ou indireta, do poder para conduzir ou determinar a condução da administração ou das políticas de uma Pessoa, por meio da titularidade de ações/quotas com direito a voto, por contrato ou de outro modo. Os termos “Controladora”, “Controlada”, “Controlar” e suas variações terão os significados correspondentes.

“Coordenadores” possui o significado estabelecido na Cláusula 3.5.1. desta Escritura de Emissão.

“Coordenador Líder” possui o significado estabelecido na Cláusula 3.5.1. desta Escritura de Emissão.

“CNPJ/ME” possui o significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura de Emissão.

“CVM” significa a Comissão de Valores Mobiliários.

“Data da Amortização Extraordinária Obrigatória” possui o significado estabelecido na Cláusula 6.3.2.1. desta Escritura de Emissão.

“Data de Amortização” possui o significado estabelecido na Cláusula 5.14.1. desta Escritura de Emissão.

“Data de Emissão” possui o significado estabelecido na Cláusula 5.1.1. desta Escritura de Emissão.

“Data de Emissão das Debêntures da Primeira Série” possui o significado estabelecido na Cláusula 5.1.1. desta Escritura de Emissão.

“Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série” possui o significado estabelecido na Cláusula 5.1.1. desta Escritura de Emissão.

“Data de Início da Rentabilidade” possui o significado estabelecido na Cláusula 5.6.1. desta Escritura de Emissão.

“Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Primeira Série” possui o significado estabelecido na Cláusula 5.6.1. desta Escritura de Emissão.

“Data de Início da Rentabilidade das Debêntures da Segunda Série” possui o significado estabelecido na Cláusula 5.6.1. desta Escritura de Emissão.

“Data de Integralização” possui o significado estabelecido na Cláusula 5.10.1. desta Escritura de Emissão.

“Data de Pagamento da Remuneração” tem o significado estabelecido na Cláusula 5.13.1. desta Escritura de Emissão.

“Data de Vencimento” tem o significado estabelecido na Cláusula 5.7.1. desta Escritura de Emissão.

“Data de Vencimento das Debêntures de Primeira Série” tem o significado estabelecido na Cláusula 5.7.1. desta Escritura de Emissão.

“Data de Vencimento das Debêntures de Segunda Série” tem o significado estabelecido na Cláusula 5.7.1. desta Escritura de Emissão.

“Data do Resgate Antecipado Facultativo Total” possui o significado estabelecido na Cláusula 6.1.1.2. desta Escritura de Emissão.

“Data do Resgate Antecipado Total Obrigatório” possui o significado estabelecido na Cláusula 6.3.2.1. desta Escritura de Emissão.

“Debêntures” possui o significado estabelecido na Cláusula 3.4.1. desta Escritura de Emissão.

“Debêntures em circulação” possui o significado estabelecido na Cláusula 10.14 desta Escritura de Emissão.

“Debêntures da Primeira Série” possui o significado estabelecido na Cláusula 3.4.1. desta Escritura de Emissão.

“Debêntures da Segunda Série” possui o significado estabelecido na Cláusula 3.4.1. desta Escritura de Emissão.

“Debenturistas” possui significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura de Emissão.

“Demonstrações Financeiras” significa o balanço patrimonial não auditado da Emissora, e as demonstrações consolidadas do resultado ou operações relacionadas, patrimônio líquido e a demonstração das origens e aplicações de recursos para o período aplicável.

“Dia Útil” significa qualquer dia exceto sábados, domingos e dias nos quais os bancos comerciais são autorizados ou obrigados a permanecer fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

“Dividendos” significa qualquer distribuição de dividendos, lucros e juros sobre capital próprio ou qualquer distribuição de recursos em relação ao capital social da Emissora (incluindo por meio de recompra, resgate ou retirada do respectivo capital social).

“Emissão” possui o significado estabelecido na Cláusula 2.1. desta Escritura de Emissão.

“Emissora” possui o significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura de Emissão.

“Encargos Moratórios” possui o significado estabelecido na Cláusula 5.17.1. desta Escritura de Emissão.

“Escritura de Emissão” possui o significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura de Emissão.

“Escriturador” possui o significado estabelecido na Cláusula 3.6.1. desta Escritura de Emissão.

“Evento de Ausência da Taxa DI” possui o significado estabelecido na Cláusula 5.12.6. desta Escritura de Emissão.

“Eventos de Inadimplemento” possui o significado estabelecido na Cláusula 7.1 desta Escritura de Emissão.

“Instrução CVM 476” significa a Instrução da CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

“Instrução CVM 620” significa a Instrução da CVM nº 620 de 17 de março de 2020, conforme alterada.

“Investidores Profissionais” possui o significado estabelecido na Cláusula 2.1.5.3. desta Escritura de Emissão.

“Investidores Qualificados” possui o significado estabelecido na Cláusula 2.1.5.3. desta Escritura de Emissão.

“Jornal da Emissora” possui o significado estabelecido na Cláusula 2.1.1.1. desta Escritura de Emissão.

“JUCESP” possui o significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura de Emissão.

“Lei das Sociedades por Ações” significa a Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

“Lei do Mercado de Valores Mobiliários” significa a Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

“Lei” significa as Leis Ambientais, as Leis Anticorrupção, as Leis Antiterrorismo e de Sanções Comerciais e Econômicas, as Leis e todas e quaisquer leis, decretos, portarias e regulamentos, ordens, mandados e medidas liminares de qualquer Autoridade Governamental.

“Leis Anticorrupção” significa o Decreto-Lei n.º 2.848/1940, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (“Lei nº 12.846”), o Decreto nº 8.420/15 e desde que aplicável, a *US Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, a Lei nº 9613, de 03 de março de 1998, bem como quaisquer leis de prevenção à lavagem de dinheiro ou anticorrupção aplicáveis em todas as jurisdições onde a Emissora, os Fiadores e as Sócias conduzem seus negócios, incluindo tanto as regras e regulamentações ali previstas como também quaisquer regras, regulamentações ou orientações correlatas ou afins, emitidas, administradas ou impostas por qualquer Autoridade Governamental ou autoridade regulatória principalmente com relação a atos praticados por seus conselheiros, diretores ou funcionários (em conjunto, as “Leis Anticorrupção”).

“Leis Antiterrorismo e de Sanções Comerciais e Econômicas” significa as Leis relacionadas a sanções econômicas ou comerciais, terrorismo ou lavagem de dinheiro, incluindo o Decreto Executivo (*Executive Order*) nº 13224, o Decreto Patriótico (*U.S. Patriot Act*), os decretos emitidos pelo Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (*Office of Foreign Assets Control* – OFAC), a Lei de Comércio com o Inimigo (*Trading with the Enemy Act, 12 U.S.C. § 95*), a Lei de Poderes Econômicos para Emergências Internacionais (*International Emergency Economic Powers Act, 50 U.S.C. § 1701‑1707*), a Lei de Controle de Lavagem de Dinheiro de 1986 (*Money Laundering Control Act* *1986*), a Lei de Sigilo Bancário de 1970 (*Bank Secrecy Act 1970*) dos Estados Unidos da América, bem como as Leis aplicáveis da União Europeia (incluindo aquelas editadas em relação à política externa e de segurança comum prevista no tratado constitutivo da União Europeia), da Organização das Nações Unidas – ONU (ou qualquer de seus órgãos ou entidades legislativas) e de quaisquer jurisdições em que a Emissora tenha atividades ou de onde os recursos utilizados para pagamento de suas obrigações sejam originados.

“MDA” significa o Módulo de Distribuição de Ativos - MDA.

“Mudança Adversa Relevante” significa (1) qualquer efeito adverso e relevante na capacidade econômico-financeira da Emissora, e/ou (2) o pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou falência da Emissora.

“Obrigações Financeiras” possui o significado estabelecido na Cláusula 8.1.(s) desta Escritura de Emissão.

“Oferta Restrita” possui o significado estabelecido na Cláusula 2.1. desta Escritura de Emissão.

“Parte” ou “Partes” possui o significado que lhe é atribuído no preâmbulo desta Escritura de Emissão.

“Período de Capitalização” possui o significado estabelecido na Cláusula 5.12.4. desta Escritura de Emissão.

“Pessoa” significa qualquer pessoa física, sociedade em comandita, companhia, sociedade limitada, sociedade anônima, *trust*, associação sem personalidade jurídica, *joint venture* ou outra pessoa jurídica, ou um governo ou qualquer subdivisão política ou agência deste.

“Plano de Distribuição” possui o significado estabelecido na Cláusula 3.5.2. desta Escritura de Emissão.

“Preço de Subscrição” possui o significado estabelecido na Cláusula 5.10.1. desta Escritura de Emissão.

“Remuneração das Debêntures” possui o significado estabelecido na Cláusula 5.12.2. desta Escritura de Emissão.

“Remuneração das Debêntures de Primeira Série” possui o significado estabelecido na Cláusula 5.12.1. desta Escritura de Emissão.

“Remuneração das Debêntures de Segunda Série” possui o significado estabelecido na Cláusula 5.12.2. desta Escritura de Emissão.

“Resgate Antecipado Facultativo Total” possui o significado estabelecido na Cláusula 6.1.1. desta Escritura de Emissão.

“Resgate Antecipado Total Obrigatório” possui o significado estabelecido na Cláusula 6.3.1. desta Escritura de Emissão.

“Resolução CVM 17” significa a Resolução CVM Nº 17, de 9 de fevereiro de 2021.

“Resolução CVM nº 30” significa a Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada.

“Resolução CVM nº 44” significa a Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, conforme alterada.

“Sobretaxa” possui o significado estabelecido na Cláusula 5.12.1. desta Escritura de Emissão.

“Taxa DI” possui o significado estabelecido na Cláusula 5.12.1. desta Escritura de Emissão.

“Valor de Amortização Extraordinária Obrigatória” possui o significado estabelecido na Cláusula 6.3.2. desta Escritura de Emissão.

“Valor de Resgate Antecipado Facultativo Total” possui o significado estabelecido na Cláusula 6.1.1.1. desta Escritura de Emissão.

“Valor de Resgate Antecipado Total Obrigatório” possui o significado estabelecido na Cláusula 6.3.2. desta Escritura de Emissão.

“Valor Nominal Unitário” possui o significado estabelecido na Cláusula 5.8.1. desta Escritura de Emissão.

“Vencimento Antecipado” possui o significado estabelecido na Cláusula 7.1. desta Escritura de Emissão.

“Violação OFAC” significa a citação, direta ou indireta, sob qualquer forma, da Emissora, dos Fiadores e das Sócias ou de qualquer Pessoa que detenha participação societária direta ou indireta nas mesmas.

## Anexo II

## Modelo de Declaração Financeira (*Compliance* *Certificate*)

São Paulo, [data].

À

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Av. das Américas, 3434, bloco 7, 2º andar

Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ CEP: 22640-102

At.: Diretoria de Escrituração

Tel.: (21) 3514-0000

E-mail: sqescrituracao@oliveiratrust.com.br

*Ref.:     Declaração de Cumprimento de Obrigações Financeiras (Compliance Certificate)*

Prezados,

Fazemos referência ao “*INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, SOB O REGIME DE MELHORES ESFORÇOS DE COLOCAÇÃO, DA* *B.A. – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A”* (“Escritura de Emissão”).

Exceto conforme expressamente previsto neste instrumento, os termos iniciados em letra maiúscula aqui utilizados terão os respectivos significados atribuídos a esses termos na Escritura de Emissão.

As declarações aqui contidas se referem ao período de [*data inicial*] a [*Data de Apuração correspondente*]. Nos termos da Escritura de Emissão, a B.A. – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A (“Emissora”) declara e garante ao Banco Itaú BBA S.A. o quanto segue:

* as Demonstrações Financeiras referentes a tal [exercício fiscal] estão completas, corretas e representam apropriadamente todos os aspectos relevantes da condição financeira da Emissora em uma base consolidada em tal data;

* todas as disposições do contidas na presente Escritura de Emissão permanecem válidas;

* a Emissora não praticou qualquer ato em desacordo com seus respectivos contratos sociais;

* não existiu nem ocorreu qualquer Evento de Inadimplemento; e

* as Obrigações Financeiras da Emissora foram atendidas, conforme memórias de cálculo demonstrativas constantes do Anexo A ao presente.

São Paulo, [*data*].